

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR

NÚMERO 464

17 A 30 DE JULHO DE 2013

ANO 16

R\$ 2



JORNADA DE JUNHO



Agora é unir as lutas em

30 de agosto

Dia Nacional de Paralisações



Papa Francisco visita Brasil em meio às manifestações e crise política

Página 15

Zé Maria: “As paralisações do dia 11 de julho são uma continuidade das manifestações de junho”

Página 16



■ **BARATAS** - Depois de agredir indiscriminadamente os manifestantes do último dia 11, a PM do Rio fez a segurança pessoal da filha de Jacob Barata, o “rei do ônibus”, empresário-mafioso dos transportes do Rio.

■ **BARATINHA** - Durante o casamento (estimado em R\$ 2 milhões), houve protestos. Daniel Barata, de 18 anos, sobrinho do empresário, atirou um cinzeiro em um manifestante. Também jogaram aviãozinho com notas de R\$ 20.

SUBVERSÃO DE TARSO GENRO

Em meio às manifestações de junho, a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, invadiu a sede da Federação Anarquista Gaúcha e apreendeu livros considerados subversivos. “Foi apreendida vasta literatura, eu diria assim, a respeito de movimentos anarquistas”, disse o delegado Ranolfo Vieira Jr. Entre as obras

apreendidas estão livros do linguista Noam Chomsky que, em 2002, esteve em Porto Alegre para o Fórum Social Mundial. Outrora festejado pelo governo do PT, hoje o governo deste partido, chefiado por Tarso Genro, agora manda a repressão capturar seus livros. Nenhum livro ainda foi devolvido à federação.

PÉROLA

Não sou o primeiro a fazer isso no Brasil. Outros fazem também

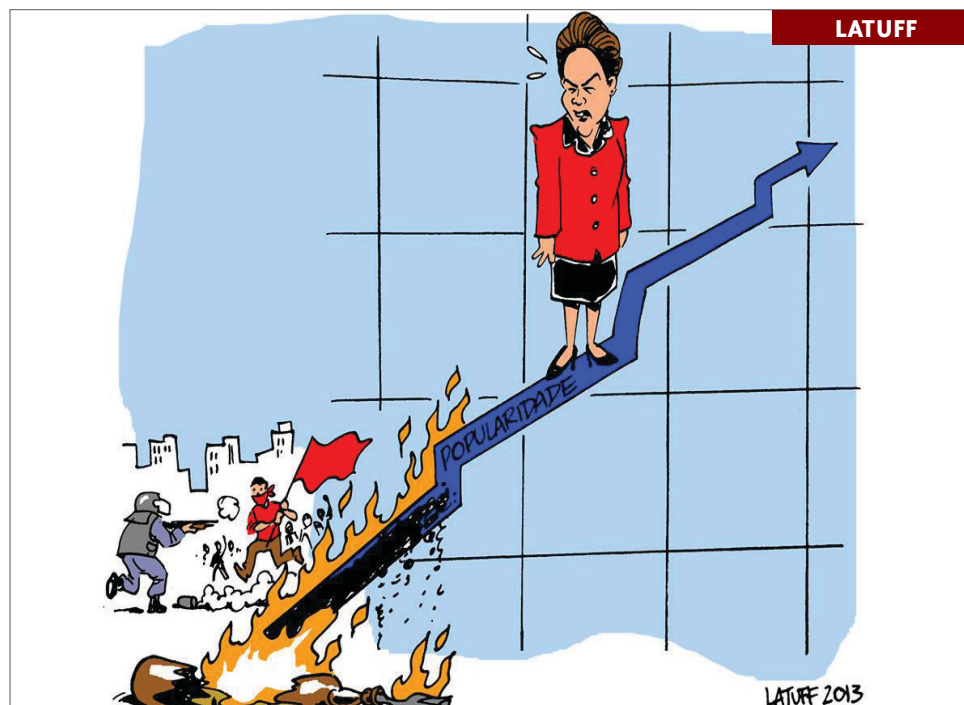


SERGIO CABRAL (PMDB), governador do Rio de Janeiro justificando porque usa helicóptero para realizar um um trecho de dez quilômetros de sua casa ao trabalho. Faz parte da “mobilidade do governador”, disse.

ESQUEMA TUCANO

A multinacional alemã Siemens revelou um esquema de formação de cartel, do qual fazia parte, em licitações para compra de equipamentos ferroviários em São Paulo e no Distrito Federal. Além da Siemens, participariam do esquema outras multinacionais como a francesa Alstom, a canadense Bombardier, a espanhola CAF e a japonesa Mitsui. Segundo

a denúncia, as combinações ilícitas entre empresas resultavam em contratos com preços até 20% superiores caso concorressem normalmente. Mas a Siemens não delatou o esquema porque é boazinha. Assinou um acordo que garante imunidade administrativa e criminal aos seus executivos. Faltou revelar quanto dinheiro saía pra campanha do PSDB.



NÃO PODE



No dia 11 de julho, durante a jornada de lutas no Rio de Janeiro, alguns setores do movimento tentaram expulsar anarquistas do ato e até entregaram um ativista à polícia. Embora não concordemos com os métodos, políticas, táticas e estratégias dos anarquistas, o PSTU é radicalmente contra essa atitude. Quem expulsa os ativistas é o fascismo, quem prende é a polícia. Isso é um crime

contra as tradições do movimento operário internacional. Essas organizações têm que ser denunciadas pelo atentado à democracia do movimento. O PSTU defende e sempre defenderá a democracia do movimento, não por achar uma palavra bonita, mas porque queremos construir um mundo novo. Queremos um mundo socialista, e não se faz revolução entregando ativistas à polícia!

DUBLÊ DE MANIFESTANTE



Maycon Freitas, o “herói” da Veja, entrevistado em suas Páginas Amarelas como “representante” dos manifestantes que tomaram as ruas, é bem diferente daquilo que a mídia quer passar. Em seu perfil do facebook, Maycon se revela um asqueroso ativistas de direita. Diz, por exemplo, que é contra a vinda de médicos cubanos ao Brasil porque eles “são guerrilheiros disfarçados” a serviço de um “golpe comunista” que estaria em marcha no Brasil... Delírios a parte, o “herói” da Veja também é autor de nojentas frases machistas no seu facebook. “No carnaval as mina pira”, em novembro as mina “pari” - ou ainda - “No carnaval os mano come, em novembro os mano some.” Informações também sugerem que Maycon trabalharia como dublê da Globo. Com a ajuda da grande mídia, tentou agora bancar o dublê de manifestante.

CURTA A PÁGINA

ZÉ MARIA

PRESIDENTE NACIONAL DO PSTU

facebook.com/zemariapstu

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal
do Partido Socialista dos
Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 -
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: opinioao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia,
Concha Menezes, Dirceu
Travesso, José Maria de Almeida,
Luiz Carlos Prates “Mancha”,
Nando Poeta, Paulo Aguiena e
Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Jefferson Choma,
Raíza Rocha,
Luciana Candido, Wilson H.
da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Thiago Mhz, Romerito Pontes
e Victor “Bud”

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas



Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opinioao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasses@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - maceio@pstu.org.br | pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 pstubahia@gmail.com
pstubahia.blogspot.com
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056
fortaleza@pstu.org.br
JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br
pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt-28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753 | goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327
saoluiz@pstu.org.br
pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto. (67) 3331.3075/9998.2916
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Av. Paraná, 158 - 3º andar - Centro. (31) 3201.0736 | bh@pstu.org.br | minas.pstu.org.br
BETIM - (31) 9986.9560
CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724
ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647
JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com
MARILIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariliana@gmail.
UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825
belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. joao Pessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C. 201. Centro
MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410
pernambuco@pstu.org.br
www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. teresina@pstu.org.br
pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458
riodejaneiro@pstu.org.br | rio.pstu.org.br
MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.
DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro. d.caxias@pstu.org.br

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro. niteroi@pstu.org.br
NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151
NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira
NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro
VALENÇA - sulfuminense@pstu.org.br
VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 3112.0229 | sulfuminense@pstu.org.br | pstusulfuminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Av. Rio Branco, 762 - Cidade Alta - (ao lado do Centro de Atendimento ao Cidadão). (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br. psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre. (51) 3024.3486/3024.3409
portoalegre@pstu.org.br
pstugauchoblogspot.com
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816
PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722
SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579
pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO - saopaulo@pstu.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 7452.2578
ZONA SUL - R. Amaro André, 87 - Santo Amaro. (11) 6792.2293
ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 7071.9103
BAURUR - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170. bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | campinas@pstu.org.br
GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484
MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530
PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032
RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242 | ribeirao@pstu.org.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 | saobernardo@pstu.org.br
pstuaabc.blogspot.com
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevallli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | sjc@pstu.org.br
EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, Sobrelaja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631
JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro. (12) 3953.6122
SUZANO - (11) 4743.1365
suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas. (79) 3251.3530 | aracaju@pstu.org.br

Momentos de fazer história



O Brasil está vivendo um desses raríssimos momentos na história em que as massas estão na ofensiva e as classes dominantes e os governos na defensiva.

O normal dentro do capitalismo e da democracia burguesa é que as grandes empresas governem e imponham seus planos através dos partidos majoritários e do Congresso. Aos trabalhadores e jovens, resta trabalhar (quando se pode) e aceitar a vida tal qual se apresenta.

Os milhões nas ruas em junho e os milhões em greve em julho mudaram tudo. Os trabalhadores e a juventude são conscientes que têm força e querem mudar tudo. Não aceitam o cotidiano de exploração e humilhação.

Nesse despertar, como um turbilhão de um rio que aumentou de volume repentinamente, as massas em seu movimento vão rompendo amarras, destruindo verdades estabelecidas. Antes, ninguém ligava para a participação nos movimentos, hoje é normal encontrar um vizinho ou colega em uma mobilização.

Nesse movimento incrível, fascinante, o povo brasileiro está fazendo história. Os milhões nas ruas foram movimentos superiores ao Fora Collor. A greve do dia 11 foi uma das maiores de nossa história.

A ruptura com o PT e a CUT é um desses processos históricos. Essas duas instituições foram muito progressivas quando foram criadas no início da década de 80. Mas se transformaram no maior freio do movimento de massas desde então, há 30 anos. Expliquemos. Uma burocracia sindical reformista, dirigida por Lula, conseguiu ser a maior expressão de grandes greves da década de 80, e se transformar na alternativa sindical e política dos trabalhadores. O PT se

construiu como um dos maiores partidos operários reformistas de todo o mundo. E aí se transformou no maior freio de mobilizações já visto na história desse país.

Quando as mobilizações pelas diretas tomaram o país, chegou a se marcar uma greve geral para o dia da votação no Congresso Nacional. A greve foi desmarcada pela CUT. Quando o povo brasileiro derrubou Collor, o PT assegurou a posse do vice Itamar Franco. Quando o movimento Fora FHC e o FMI ameaçou derrubar FHC (como ocorreu em vários países do continente na época), o PT acabou com o movimento e o canalizou para a eleição de Lula em 2002. Com Lula e Dilma no poder, o PT e a CUT convenceram por dez anos os trabalhadores a esperar pequenas concessões do governo. O PT no governo assegurou gigantescos lucros para as multinacionais enquanto enganava os trabalhadores de que esse era um governo "seu".

Agora, as mobilizações de junho passaram por fora de todos os aparatos, em particular por fora da CUT e do PT. A CUT não pôde evitar a greve do dia 11 e nem que essa mobilização se chocasse com o governo Dilma. A popularidade de Dilma caiu violentamente, o que significa que também entre os trabalhadores existe uma ruptura (é preciso observar de que tamanho) com o PT.

Essa ofensiva das massas vai morrendo, destruindo a hegemonia de 30 anos do PT e da CUT entre os trabalhadores. Não está completada essa ruptura, mas se iniciou um processo histórico. Em particular a juventude, tanto estudantil como trabalhadora, só conhece o PT como partido governante, e a CUT como central chapa branca. A rebelião contra os poderes constituídos se choca diretamente contra a CUT e o PT.

Nesses momentos iniciais, é muito mais fácil destruir o velho que construir o novo. É natural que se olhe para os lados e não se veja ainda uma alternativa. Mas ela terá de se construir a partir das lutas concretas que recém estão começando.

Ao contrário do que muitos pensam, não existe nada assegurado. Tudo que se avançou, pode retroceder. Depende dos passos a serem dados agora. E, seguramente, a construção de uma alternativa ao PT e à CUT é o passo fundamental que pode assegurar a vitória ou a derrota de todo esse movimento.

Nesse terreno, existe uma ideologia reacionária que pode colocar tudo a perder. Essa ideologia, abraçada por muitos anarquistas e horizontalistas, nega qualquer tipo de organização. Muitos se apoiam na justa desconfiança da prática corrupta e aparatista das burocracias sindicais e dos partidos. Mas essa ideologia, por mais combativa que pareça, é a defesa da acomodação, da manutenção da situação atual.

Enquanto a força das ruas e das greves não construir uma alternativa sindical e política alternativa, o PT e a CUT vão continuar mandando, junto com o PSDB, PMDB, Força Sindical, UGT, etc.

A força dos trabalhadores e dos jovens é como uma grande nuvem de vapor que, se concentrado em uma turbina, pode gerar energia concentrada. Mas também pode se dissipar caso fique solta no ar. Sem organização, as mobilizações terminam por se enfraquecer e refluir.

Deu para sentir isso no final do mês de junho. A espontaneidade das passeatas, muito importante no início do mês, se tornou um empecilho. Qual era a próxima palavra de ordem depois que a luta contra os aumentos das tarifas foi vencida? Qual era o próximo passo na mobilização? A falta de uma direção de conjunto favoreceu o recuo momentâneo das lutas, que depois se recompõem com a greve de 11 de julho.

É hora de pensar estrategicamente. Vivemos momentos históricos. Uma direção histórica –a CUT e o PT- está finalmente começando a vir abaixo. Para agarrar a história com as mãos, para mudar o país, é preciso fazer uma revolução socialista. E para isso é preciso construir uma direção revolucionária.

O PSTU é um instrumento a serviço da revolução, um embrião de partido revolucionário. A CSP Conlutas é uma alternativa clara contra a CUT governista. A ANEL é uma entidade dos estudantes, alternativa à UNE governista. É hora de ter a audácia histórica de construir o novo. ■

Estatuto da Juventude: veta Dilma!

Impedir nas ruas a aprovação do Estatuto da Juventude, que restringe nosso direito à cultura!

WIBSSON LOPES, de Maceió (AL)

As Jornadas de Junho já entraram para a história. A voz das ruas reivindica um novo futuro, justo e igualitário, onde os jovens possam desfrutar dos direitos sociais que, hoje, lhes são negados. No entanto, em meio a tanta movimentação, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, no dia 9 de julho, o Estatuto da Juventude. Infelizmente, essa não é mais uma vitória das manifestações, e sim um grande ataque aos jovens brasileiros.

QUEREMOS NOSSO DIREITO À MEIA-ENTRADA POR INTEIRO!

Segundo o Congresso Nacional, o governo Dilma e a UNE, o Estatuto tem a intenção de consolidar direitos sociais aos cidadãos com idade entre 15 e 29 anos. No entanto, o projeto, de relatoria da deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB), não tem nada a ver com isso.

Enquanto os jovens vão às ruas exigir mais direitos sociais, o governo aprova um Estatuto que não responde concretamente a nenhum deles e ainda por cima retira o que já foi incorporado no cotidiano da juventude: meia-entrada nos eventos culturais.

Com a desculpa de “regulamentar” esse direito nos eventos artísticos, a proposta vai, na verdade, restringir o acesso à cultura, pois limita o direito à meia-entrada a somente 40% dos ingressos dos cinemas, teatros, shows, etc. Além de limitar, ainda corremos o risco desse direito ser retirado de vez. Conhecemos bem a fiscalização no nosso país. Não “custa nada” para o dono do estabelecimento comercial afirmar que já acabou a cota de 40% e cobrar então inteira de todos.

O Estatuto, que agora só espera sanção da presidente Dilma, contém outro ataque que, para além de ferir um direito “econômico”, ainda retira um direito democrático: só terá acesso ao direito o jovem que apresentar uma carteirinha de entidade estudantil filiada à UNE ou à UBES. As carteirinhas emitidas pelas próprias instituições de ensino perderão a validade. Dessa forma, o estudante que, em sua grande maioria não se reconhece mais sendo parte dessas entidades, terá que se submeter a sua suposta representatividade e pagar pela identificação estudantil. A antiga e famosa “máfia das carteirinhas” estará de volta...

Defendemos que a identificação estudantil seja feita a partir do comprovante de matrícula da instituição de



UNE comemora a aprovação do projeto que poder acabar com o direito histórico à meia-entrada.

ensino ou por carteirinha emitida pelas entidades representativas da juventude brasileira. Por que a carteirinha da ANEL não pode valer para pagar meia no cinema, se milhares de estudantes se organizam a partir de seus fóruns? Por que um Centro Acadêmico ou um DCE não pode emitir uma carteirinha, inclusive pra fazer finanças para sua entidade e suas lutas? Por que são todos obrigados a financiar uma entidade que só vende os nossos direitos?

OUTROS PROBLEMAS DO ESTATUTO

Como se não bastasse, o Estatuto não avança no atendimento em nenhuma reivindicação que vem da rua. O passe-livre estudantil tão reivindicado nas manifestações, para pegar um exemplo categórico, passa longe do texto: nenhuma palavra a respeito. O governo quer que a gente engula que a meia passagem em viagens interestaduais é uma grande vitória. Será que ainda não deu pra entender que a juventude não está aceitando migalhas? E assim segue o mesmo raciocínio, quando se fala de educação, saúde ou na questão dos jovens dos setores oprimidos.

UNE DE COSTAS PARA AS RUAS

Depois de posar ao lado dos maiores corruptos do país, como Sarney e Renan Calheiros (ambos do PMDB), em inúmeras fotografias, a UNE trai mais uma vez os nossos interesses. A entidade que apoiou o governo fede-

ral nos últimos 10 anos mostra, atualmente, a face mais repugnante de seu atrelamento ao poder.

Enquanto a juventude brasileira ocupa as ruas do país, a UNE vende nosso direito à cultura, em troca do lucro com a venda de suas carteirinhas.

O acordo da UNE com os parlamentares torna estatutário o vínculo da velha entidade com o Estado brasileiro. O Estatuto da Juventude, ao dizer que a UNE é a única entidade nacional representante dos estudantes do país, ataca o livre direito de organização política do movimento estudantil, além de afirmar uma mentira.

Se esse projeto votado na Câmara não for vetado pela Dilma, a juventude ficará mais longe da cultura, já tão elitizada em nosso país. E, mais, serão obrigados a financiar os privilégios da burocracia dirigente da UNE para poder ir ao cinema pagando menos.

VETA, DILMA!

As últimas semanas demonstraram que a força de milhões nas ruas faz tremer qualquer governante, por mais estável que este pareça. Dilma e os governos estaduais e municipais estão acuados. Desde as Jornadas de Junho, a popularidade da presidenta

caiu 27 pontos percentuais nas pesquisas de opinião.

Já conquistamos vitórias importantes. Agora, chegou a vez de quem derrubou a tarifa derrotar também o Estatuto da Juventude. A tarefa da juventude e do movimento estudantil é ocupar as ruas contra a restrição da meia-entrada e a volta do monopólio de

carteirinhas da UNE. Queremos nosso direito irrestrito à cultura já!

A presidente Dilma terá alguns dias para sancionar o projeto. Por isso, fazemos um chamado ao conjunto das entidades e coletivos estudantis para se juntar a nós nessa campanha.

Vamos, nas próximas semanas, lutar em defesa do nosso direito, exigindo que a Dilma vete o Estatuto da Juventude.

À UNE, resta a opção: ou ela rompe com o governo e vem pra luta ou vai ter que se explicar para toda a juventude brasileira esse grande ataque. É necessário que a ANEL e demais organizações estudantis de todo o país se unifiquem para dar continuidade ao processo de mobilização aberto no mês de junho. A juventude do PSTU está a serviço dessa tarefa. Motivos não faltam para lutar, derrotar o Estatuto da Juventude é só o próximo passo. ■

Enquanto a juventude brasileira ocupa as ruas do país, a UNE vende nosso direito à cultura, em troca do lucro com a venda de suas carteirinhas.

Encontros com o futuro

Desde o início de julho, a Juventude do PSTU vem debatendo com centenas de jovens no Brasil inteiro a onda de lutas que invadiu as ruas no mês passado. Discutimos seu futuro e perspectivas. Depois de São Paulo, os Encontros da Juventude Revolucionária serão realizados em vários estados do país.

ISRAEL LUZ, da Secretaria Nacional da Juventude do PSTU

Já está mais do que claro que, nas “Jornadas de Junho”, a juventude brasileira não lutou só por R\$ 0,20. Ato após ato, novas reivindicações foram se somando e construindo um retrato de um setor social bastante desassistido pelos governos, a começar pelo de Dilma. Porém, se são mais ou menos claras as razões que levaram milhares a lutar, o que fazer daqui para frente merece ser pensado com cuidado.

Esse foi o debate central, entre estudantes de universidades públicas e privadas, secundaristas e jovens trabalhadores, no Encontro da Juventude Revolucionária, realizado em São Paulo entre os dias 5 a 7 de julho.

O encontro foi aberto com a participação de Henrique Canary, da Secretaria de Formação do PSTU, e Ronaldo León, jovem militante da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), organização a qual o PSTU mantém relações políticas. Ronald explicou que o papel cumprido pela juventude no Brasil também foi e ainda é visto nas lutas no Norte da África, Europa e EUA, o que empolgou os presentes. Segundo Giovanna Serra, estudante secundarista presente, “o capital não tem gerado apenas problemas nacionais” e conhecer o que se passa em outras partes do mundo “foi incentivador, uma vez que não estamos sozinhos”.

Para Canary, abriu-se uma “janela” na consciência de milhares de jovens que foram à luta em junho. Tudo o que parecia natural poucos meses antes passou a ser questionado, inclusive que pequenas mudanças podem garantir direitos à população. Para Beatriz Prates, estudante de Direito do Mackenzie, ficou a certeza de que a “reforma não é a solução para o fim da exploração e das opressões. Apenas a revolução pode trazer aquilo que desejamos, construir a sociedade pela qual lutamos”. No dia seguinte, os grupos de discussão aprofundaram os debates.

Foi discutido como o capitalismo se vale de diferenças naturais entre as pessoas para potencializar a exploração da classe trabalhadora: o combate ao racismo, machismo e homofobia esteve no centro. Os grupos de discussão sobre esses temas “foram muito bons, porque discutiram assuntos frequentes no dia a dia, mas com uma perspectiva bem classista, diferente do que é proposto geralmente”, afirmou Beatriz.

À noite, Wilson Honório, da Secretaria de Negros e Negras do PSTU, debateu com os presentes o filme Terra e Liberdade, de Ken Loach. Em seguida, houve

uma animada festa, quando a juventude revolucionária mostrou que a alegria é parte inseparável da luta por mudar o mundo.

Na manhã do domingo, dia 7, os participantes repuseram as energias jogando futebol, nadando na piscina ou praticando “slackline” (espécie de corda bamba) e se prepararam para o debate final, no qual Valério Arcary tratou dos caminhos da revolução brasileira e a necessidade da organização revolucionária.

Valério falou por quase duas horas, sempre sob os olhares atentos dos participantes. Após responder às perguntas do público, afirmou que os desafios colocados são enormes e que a história exige de nossa geração audácia para cumprirmos as tarefas postas. “Sejam valentes!”, conclamou o dirigente do PSTU ao final.

REUNIR A JUVENTUDE REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO

O próximo encontro da juventude será realizado em Brumadinho (MG) e reunirá jovens de Belo Horizonte durante três dias de debates e muita diversão. Depois de Minas, se realizarão encontros, até o início de agosto, em vários outros estados do país, como Rio Grande do Sul e Ceará.

Mas não é só no Brasil que a juventude revolucionária se encontra para debater como mudar o mundo. Ao longo de julho, outros partidos que tem relações com a LIT farão acampamentos de jovens. No Estado Espanhol, a Corriente Roja reunirá, entre os dias 25 e 28 de julho, jovens de vários países europeus, como Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Itália, Portugal, além do próprio Estado espanhol. O principal tema em debate será “O imperialismo e a União Europeia”, pois no velho Continente hoje há um grande debate se a solução dos problemas dos diversos países passa ou não pela ruptura com a UE. O Movimento Alternativa Socialista (MAS), em Portugal, também fará um acampamento de jovens revolucionários no qual debaterá temas europeus e os processos revolucionários da Turquia e da Síria.

PARTICIPE DOS ENCONTROS DA JUVENTUDE REVOLUCIONÁRIA!

Não faz muito tempo, era comum que os jovens encontrassem as revoluções somente nos livros de história. Esse tempo passou. Hoje, nossa geração é parte fundamental de profundas mudanças em diversos países e agora também no Brasil. Procure o PSTU na sua cidade e participe dos encontros. Vem com a gente fazer revolução! ■



DE 19 A 21 DE JULHO
CASA BRANCA – BRUMADINHO

I ACAMPAMENTO
DE JOVENS
REVOLUCIONÁRIOS

AS LUTAS EM CURSO
NO BRASIL E NO MUNDO
E A NECESSIDADE DO
SOCIALISMO

PSTU
JUVENTUDE



11 de julho, o dia em que os trabalha

Paralisações de fábricas, bloqueios de rodovias e passeatas com operários nas ruas marcaram a data. Confira como foi em algumas cidades.

Manaus (AM)

Militantes da CSP-Conlutas, estudantes da ANEL, e Oposição Luta Educador, junto às demais centrais, fecharam as principais ruas da cidade. A juventude levantou acampamento em defesa do Passe Livre em frente a prefeitura. Os petroleiros organizados pelo Sindpetro PA/AM/MA/AP, da CSP-Conlutas, também realizaram paralisação das 7h às 10h.

Belém (PA)

Mais de 20 categorias participaram do protesto, que se iniciou por volta das 8h em diversos pontos da cidade e terminou no início da tarde. Mais uma vez, os operários da construção civil atenderam ao chamado de luta. Mas a patronal reagiu com violência e um diretor do Sindicato da Construção Civil foi agredido por quatro seguranças da empresa Status Engenharia no momento em que iria chamar os trabalhadores para uma assembleia onde seria votada a paralisação na obra. Outra paralisação importante foi realizada pelos trabalhadores telefônicos, que se reuniram com os operários.

No final da manhã, uma manifestação reuniu 5 mil pessoas, entre operários da construção civil, professores, trabalhadores de telecomunicações, entre outros. Uma comissão foi recebida por representantes do governo e protocolou uma carta de reivindicações das centrais sindicais.

Em Belo Monte, houve paralisação já no dia 10, em reivindicação por reajuste salarial. A obra foi paralisada no dia 11. A patronal respondeu com 300 demissões. Os operários ameaçam paralisar a Transamazônica nos próximos dias.

São Paulo (SP)

Metalúrgicos paralisaram 35 fábricas da região da Zona Sul e realizaram uma grande passeata que chegou a reunir cerca de oito mil trabalhadores. Logo pela manhã, militantes da CSP-Conlutas e estudantes da ANEL, juntamente com a Força Sindical, se somaram à paralisação dos trabalhadores da fábrica Prada. Operários de outras fábricas da região também aderiram ao dia 11 e realizaram uma passeata. Zé Maria de Almeida, da CSP-Conlutas, acompanhou essas paralisações e falou aos operários. “É na luta e nas mobilizações que os trabalhadores vão mudar o país. Precisamos exigir que o governo pare de destinar os recursos e a riqueza para os empresários e para os bancos. É preciso mudar a política econômica e destinar os recursos para melhorar a vida dos trabalhadores”, disse.

Na Zona Oeste, houve paralisação de fábricas. Houve ainda paralisações com manifestação de operários da construção civil e comerciários. Importantes rodovias e avenidas da cidade foram fechadas ao longo do dia. À tarde, uma manifestação unificada reuniu aproximadamente 10 mil pessoas na Avenida Paulista.

ABC Paulista

Foram paralisadas todas as montadoras e algumas autopeças. Entre as fábricas paralisadas estavam a Volkswagen, Mercedes, Scania, Ford, Toyota, Karman-gia, Rolls Royce, Panex e Ardeb. O movimento fez o bloqueio da rodovia Anchieta e depois realizou uma manifestação no centro de São Bernardo do Campo. A CSP-Conlutas se fez presente em todas as atividades. O PSTU esteve desde as primeiras horas de manhã na porta das fábricas dialogando com os trabalhadores, panfletando e buscando mobilizar os operários pelas suas reivindicações como redução da jornada de trabalho, contra os projetos de lei que terceirizam e precarizam ainda mais as condições de trabalho.

São José dos Campos (SP)

Mais de 22 mil metalúrgicos de 20 fábricas participam das paralisações. Entre as fábricas que tiveram sua produção parada estão General Motors, Embraer, Avibras e TI Automotive. Houve ainda o bloqueio da Rodovia Presidente Dutra em três pontos na região.

Na GM, os metalúrgicos entraram em greve de 24 horas e pararam a Via Dutra. Na Embraer, a produção foi atrasada em três horas. Os metalúrgicos da Avibras (unidade IV) pararam 100% da produção.

Em Caçapava, duas empresas pararam: Graúna, fornecedora da Embraer, e Blue Tech, fornecedora da LG. Os metalúrgicos também pararam a Via Dutra por duas horas. Em Jacareí, trabalhadores de cinco fábricas participaram do protesto. Em quatro delas (Parker Hannifin, Emerson, Schrader e DMT), a paralisação é de 24 horas. Na Wirex Cable, a produção foi parada por 2h.

“Exigimos de Dilma uma política econômica que favoreça os trabalhadores do país. É hora do governo atender nossas reivindicações e tomar medidas em favor da classe trabalhadora”, afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Antonio Ferreira de Barros, o Macapá.

Curitiba (PR)

Funcionários do maior hospital do Paraná pararam suas atividades. Metalúrgicos paralisam atividades e fecharam rodovias em protestos. Cerca de 30 mil trabalhadores da categoria participaram de mobilizações e bloquearam BR-376, BR-277.

Porto Alegre (RS)

Já em Porto Alegre, cuja Câmara Municipal está ocupada por manifestantes, houve paralisação dos rodoviários. Professores do CPERS também bloquearam a rodovia que dá acesso à cidade. A ocupação segue, eles exigem a imediata divulgação das contas das empresas de ônibus para que a sociedade possa auditar o preço da tarifa, e pelo passe livre já.

dores cruzaram os braços

Fortaleza (CE)

O Sindicato da Construção Civil de Fortaleza e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, ambos filiados à CSP-Conlutas, paralisaram as atividades e alguns terminais. O movimento popular e estudantil também estiveram presentes.

Natal (RN)

Uma Manifestação reuniu mais de 20 mil pessoas e bloqueou a BR-101. O ato reúne trabalhadores da saúde, organizados pelo Sindsaúde, da CSP-Conlutas, educação, correios, servidores em geral, movimento sem terra e por moradia e estudantes. Os setores da saúde e da educação paralisaram os serviços. Os ônibus não circulam na cidade.

Maceió (AL) e Recife (PE)

Cerca de 200 integrantes de movimentos agrários e movimentos sociais bloquearam o acesso principal do Porto de Maceió. Houve também paralisação de 24h dos petroleiros organizados pelo Sindpetro AL/SE, filiado à CSP-Conlutas. Em Recife, o Porto de Suape (Complexo Industrial Portuário) parou pela manhã. À tarde foi realizada uma passeata unificada até a Assembleia Legislativa.

Aracaju (SE)

O Sindpetro AL/SE, da CSP-Conlutas, organizou os petroleiros que pararam 100% de suas atividades na Petrobrás. Uma manifestação saiu de frente da petroleira e seguiu em direção à prefeitura. Foi queimado um boneco representando o prefeito da cidade. Vários bloqueios de rodovias foram realizados. O bloqueio da BR-101 paralisou o campo da Petrobrás em Carmópolis. No centro de Aracaju, os bancos também fecharam as portas. Às 14h, foi realizada uma manifestação unificada das centrais. *“Centrais sindicais e movimentos sociais deram uma grande demonstração de força em Sergipe. O movimento estudantil, popular e sindical foi às ruas com a energia da juventude e o vigor da classe operária”*, disse Vera Lúcia do PSTU.

Belo Horizonte (MG)

A capital mineira e a região metropolitana viveram praticamente um dia de greve geral. A cidade já amanheceu com paralisação dos ônibus e do metrô. Os professores das escolas municipais, cujo sindicato é filiado à CSP-Conlutas, também chamou a categoria à paralisação. Bancários fecharam as agências do centro da cidade. Houve um ato unitário com na Praça Sete, centro de Belo Horizonte.

Em Betim, petroleiros da REGAP paralisaram o turno e bloquearam a BR 381 pela manhã. Em Contagem manifestações afetaram algumas fábricas e os metalúrgicos fizeram uma passeata. Também foram paralisados os dois maiores terminais da cidade.

No Interior de Minas, a paralisação se alastrou para várias metalúrgicas, além de siderúrgicas e mineradoras. Em Uberlândia, operários metalúrgicos da multinacional Black & Decker cruzaram os braços. Em Itaúna, trabalhadores fecharam o trevo do Distrito Industrial impedindo que ônibus das empresas cheguem com os funcionários. Em Mariana, os sindicalizados do Metabase também impediram a entrada de ônibus em mineradoras e siderúrgicas.

Rio de Janeiro (RJ)

Trabalhadores dos Correios bloquearam, na madrugada, a saída de caminhões da principal unidade de distribuição da ECT. Em Itaguaí, houve manifestações de metalúrgicos; funcionários da Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) participam do bloqueio na Rua General Euclides de Oliveira. Houve paralisação também em escolas públicas das redes estadual e municipal. A tarde, os manifestantes se concentraram na Igreja da Candelária e realizaram uma passeata com 20 mil pessoas. Quando a multidão se aproximava da Cinelândia para terminar o ato, a polícia do governador Sergio Cabral, atacou com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha os manifestantes e a população. De forma covarde os ataques se espalharam por todas as ruas da Lapa. “Cada vez mais o povo do Rio acorda para a necessidade de lutar contra estes desmandos e ataques a seus mais básicos direitos e exigem o Fora Cabral. E não sairemos das ruas até alcançarmos nossos objetivos” afirmou Júlio Anselmo, membro do Fórum de Lutas no Rio de Janeiro.

Brasília (DF)

O MST ocupou a sede nacional do INCRA exigindo a retomada da reforma agrária. À tarde, houve um ato com a participação de todas as centrais sindicais. Funcionários do maior hospital do Paraná pararam suas atividades. Metalúrgicos paralisam atividades e fecham rodovias em protestos. Cerca de 30 mil trabalhadores da categoria participaram de mobilizações e bloquearam BR-376, BR-277.

Litoral Paulista

Santos, Guarujá, Cubatão e São Vicente entre outras cidades, ficaram paradas. Em Cubatão as fábricas foram paralisadas (Petrobrás, Usiminas, Vale e outras). A ação ainda teve o apoio dos sindicatos dos bancários e servidores municipais, que depois se deslocaram até a Praça Mauá, em Santos, para realizar um ato unificado de todas as categorias ao meio-dia. As estradas foram paralisadas, avenidas ficaram congestionadas e ônibus deixaram de circular. A estimativa é de que, no mínimo, mais de 30 mil trabalhadores tenham participado das paralisações, sobretudo no Pólo Industrial de Cubatão. Diversas rodovias da região foram bloqueadas assim como a divisa entre Santos e São Vicente. A entrada do Porto de Santos, o maior da América Latina, também estava fechada. Portuários e da estiva estão de braços cruzados desde o dia 10 e os estivadores chegaram a ocupar um navio.

Agora é fazer uma grande greve

Em junho milhões foram as ruas. Dia 11 de julho houve uma das maiores greves da história do país. Vamos construir pela base uma forte greve nacional no dia 30 agosto!

EDUARDO ALMEIDA, da redação

Uma das palavras de ordem mais ouvidas nas ruas em junho era “Ô, Ô, o povo acordou”. Diziam que o gigante adormecido, a força do povo, tinha acordado. Esse gigante agora deu um passo adiante. No dia 11 de julho, aconteceu uma das maiores greves da história do país.

O chamado das centrais sindicais para um Dia Nacional de Paralisações e Mobilizações foi respondido com uma greve que se compara às da década de 1980. Houve uma forte greve nacional, com paralisações de setores fundamentais dos trabalhadores em praticamente todos os estados do país, acompanhado de manifestações de rua e bloqueios de estradas.

Os trabalhadores, e em particular a classe operária, entraram em cena, fortalecendo os protestos realizados em junho. Pararam os metalúrgicos de São Paulo, do ABC, de São José dos Campos, Guarulhos, Osasco, Campinas, Mogi, São Caetano, Santos e Cubatão, as montadoras de automóveis do Paraná e de Volta Redonda, interior de Minas Gerais e outras regiões. Entraram em greve

os petroleiros de grande parte do país, incluindo a maioria das refinarias. Pararam os operários da construção civil de Belém, Fortaleza, São Paulo, Caxias e muitas outras cidades, incluindo os 75 mil operários do complexo de Suape, em Pernambuco. Em Minas, 15mil operários da Vale e da CSN pararam na região das vertentes. Pôde-se constatar, em praticamente todas as greves, a presença combativa da juventude trabalhadora e das mulheres.

Nas capitais em que houve greve no transporte, ocorreu praticamente uma greve geral, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Vitória. Mesmo nas cidades que não houve greves nos transportes, houve uma redução importante da frequência no trabalho, gerando um clima de feriado em plena quinta-feira.

Não chegou a existir uma greve geral no dia 11 de julho. O Brasil não tem ainda tradição de greves gerais. Mesmo as greves gerais da década de 80 não foram nem gerais nem nacionais. Contudo, isso não diminui a importância dessas mobilizações, em particular a de 1989, a maior delas. A grande greve do dia 11 de julho foi semelhante às dos anos 80, uma das mais importantes da história do país.



11 DE JULHO EM SÃO PAULO

Derrota do governismo

No dia 11, a direção nacional da CUT tentou proteger o governo Dilma. Primeiro tentou evitar a mobilização, mas ao ver que a greve sairia forte, foi obrigada a convocá-la para não ficar de fora.

Depois, tentou fazer com que a mobilização incorporasse a proposta de plebiscito do governo. Sofreu outra derrota. Não conseguiu emplacar essa proposta nem na base dos metalúrgicos do ABC, que dirige sindicalmente. Na manifestação unificada na Avenida Paulista, em São Paulo, o presidente da CUT, Vagner Freitas, sequer fez uma defesa clara do governo e nem citou o plebiscito.

A mobilização do dia 11 tinha uma pauta contra aspectos da política econômica do governo, o fim do fator previdenciário e dos leilões do petróleo. As palavras de ordem gritadas nas passeatas era claramente contra Dilma. Os governistas da CUT não conseguiram evitar que o dia 11 fosse uma luta contra o governo federal.

Unidade das mobilizações de junho e julho

Desde o início de junho, o país vive uma nova situação da luta de classes, marcada pela ofensiva do movimento de massas. O primeiro grande momento dessa ofensiva se deu entre os dias 17 a 23 de junho, quando dois milhões de pessoas foram às ruas. Outro grande passo se deu com a greve do dia 11 de julho.

É muito importante ter isso em conta. A consciência de sua própria força é parte fundamental da relação de forças entre as classes. Se as mobilizações das ruas de junho já entraram na consciência das massas como o seu primeiro passo, isso está em disputa em relação ao dia 11. Muitos inimigos buscam desqualificar a greve para evitar que os trabalhadores avancem mais.

A imprensa burguesa conscientemente diminui a força do dia 11, ignorando as greves (o que foi marcante desse dia) e comparando só

o número de pessoas nas ruas (ver página 10). Além disso, faz um ataque contra as centrais sindicais, colocando todas elas (as governistas e a CSP-Conlutas) no mesmo balaio.

Essa visão burguesa para desqualificar a greve do dia 11 é acompanhada, infelizmente, por setores que surgiram nas mobilizações de junho e se autodefinem como organizações horizontalistas (como o Anonymous, por exemplo) e setores ultraesquerdistas (como a LER QI, que votou contra a greve no metrô em SP). Estes setores apoiam-se em críticas, muitas vezes justas, às centrais que apoiam o governo, para desqualificar a luta de milhões de trabalhadores que são a base destas centrais. Acabam

assim, inconscientemente, fazendo o mesmo papel da imprensa burguesa.

Do outro lado, existem burocratas sindicais que reivindicam a greve do dia 11, mas tentam desqualificar as mobilizações de rua de junho. Isso é um erro grave: o que começou a mudar o país foram as mobilizações da juventude de junho, que explodiram por fora de todos os aparatos, abriram uma

nova situação no país e obrigaram as centrais governistas a convocar a greve de 11 de julho.

Não existe possibilidade de avanço nas mobilizações sem que os trabalhadores e a juventude tenham consciência de sua força, o que inclui tanto as mobilizações de junho como a greve do dia 11.

Não existe possibilidade de avanço nas mobilizações sem que os trabalhadores e a juventude tenham consciência de sua força

e nacional no dia 30 de agosto!

A crise do governo e do PT

Dilma viu serem derrotadas suas duas propostas políticas para responder à nova situação (Constituinte e depois plebiscito) por sua própria base governista no Congresso Nacional. Nesse momento, está enfraquecida por uma combinação complexa de fatores.

A economia apresenta problemas crescentes. A desaceleração segue, com queda na produção industrial em maio (-2%). Mesmo a indústria automobilística, que vinha crescendo, caiu em maio (7,8%). Houve também uma queda do emprego (0,5%) em maio. A inflação e a carestia continuam crescendo.

Em segundo lugar, a burguesia não está mais tão unificada ao redor do governo. Com a queda na popularidade de Dilma e seu questionamento pelas ruas, um setor da burguesia começa a se afastar de Dilma.

O governo reage a isso, girando sua política econômica mais à direita. Aumentou os juros para 8,5% ao ano e reafirmou o objetivo de superávit primário de 2,3% do PIB em 2013. Isso é claramente contraditório com as promessas que faz, de atender as reivindicações das mobilizações de rua. Na verdade, Dilma está sinalizando que não abre mão da política econômica, para evitar perder sua base no grande capital, mesmo quando está diretamente questionada pelas mobilizações.

Em terceiro lugar, o mais importante: pela primeira vez em décadas, as lutas dos trabalhadores estão passando por cima da CUT e do PT. Esses foram instrumentos fundamentais para canalizar as manifestações do Fora Collor para o apoio à posse de Itamar Franco, além de acabar com o movimento “Fora FHC e FMI” para centrar na eleição de Lula em 2002. Com os governos Lula e Dilma, a CUT e o PT foram essenciais para conter o movimento de massas. Esse freio ao movimento de massas não acabou, mas se enfraqueceu muito. Mau sinal para Dilma.

A nova direção vai surgir das lutas

Qual direção vai emergir dessa nova situação? Essa é uma questão chave para o desenvolvimento das lutas

Não se pode ver uma alternativa para formar uma nova direção no espontaneísmo das passeatas de junho. Foi extremamente progressivo o fato destas mobilizações passarem por fora dos aparatos. Mas a falta de uma direção que estivesse à altura das expectativas expôs os limites do movimento. A redução do número de pessoas nas passeatas no final de junho foi prova disso. Quais são os próximos passos? Qual é o programa depois da vitória contra o aumento das passagens? Essas perguntas sem respostas expressavam o limite das mobilizações espontâneas.

Tampouco a direção para essa nova situação vai estar nas centrais sindicais como a CUT ou mesmo a Força Sindical. Os sindicatos demonstraram

com as greves de 11 de julho que seguem sendo importantes para mover os trabalhadores. A chamada “greve geral do dia 1 de julho”, convocada pela internet, pelo facebook, mostrou claramente os limites deste tipo de ferramenta para organizar a luta dos trabalhadores. O dia 11, por outro lado, foi uma das maiores greves da história desse país.

No entanto, sabemos que a CUT é governista e vai tentar evitar a paralisação do dia 30 de agosto, como tentou com o dia 11. A Força Sindical adotou uma postura oposicionista no momento, mas é preciso ver até onde isso irá, conhecendo o perfil ideológico desta central e o fato de que o PDT, partido ao qual é ligada, segue no governo.

A nova direção não vai sair dessas centrais. Vai surgir das lutas concretas que começaram em junho. Temos um longo processo pela frente. Só os primeiros passos foram dados. Neles já temos sinalizações do futuro.

A CSP Conlutas foi a única central sindical (e popular) a estar presente nas mobilizações de rua de junho, e teve um papel importante na convocação da greve de 11 de julho. A Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) esteve presente nas passeatas da juventude de junho e também na greve de 11 de julho. O PSTU participou das mobilizações de rua de junho, inclusive se defendendo de grupos fascistas que tentaram baixar nossa bandeiras. Também impulsionou as greves do dia 11.

Os novos organismos que surgiram das mobilizações de junho, como a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte e o Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens do Rio de Janeiro, são partes desse processo de construção de uma nova direção.

A nova direção vai surgir das lutas, o que inclui as que já ocorreram e as que vão ser realizadas, como a greve nacional do dia 30.

Construir o 30 de agosto pela base

Depois da greve nacional do dia 11, as Centrais Sindicais marcaram o novo Dia Nacional de paralisações no dia 30 de agosto. Na verdade, a CUT queria esperar a negociação com o governo. A CSP-Conlutas propôs uma greve geral. A resultante da reunião das centrais foi a convocação de um Dia nacional de Paralisações. A pauta de reivindicações é a mesma do dia 11, com o agregado de “trabalho igual, salário igual” para incorporar a luta contra a discriminação da mulher no trabalho.

Evidentemente, nada está assegurado. A CUT vai tentar evitar que a paralisação do dia 30 de agosto se realize. Se não conseguir, tentará, mais uma vez, impedir que se choque contra o governo Dilma. A Força Sindical até agora mantém um discurso oposicionista, tendo sido importante para garantir o dia 11 de julho. Também pressionou para que fosse marcada a paralisação do dia 30 de agosto. Vai seguir adiante?

A greve do dia 30 deve ser construída pela base. Assim, essa data pode ser superior ao dia 11. E também para prevenir a possibilidade de recuo por parte das centrais governistas.

Por isso, a CSP-Conlutas e a ANEL, bem como seus parceiros do Espaço de Unidade de Ação, devem convocar assembleias e reuniões de base, abertas a todas as entidades

para a preparação do dia 30.

Da mesma maneira, os novos organismos que surgiram das mobilizações de junho também devem pautar a construção unitária das greves e mobilizações dessa data. Existem alguns setores que se dizem horizontalistas e outros, ultraesquerdistas, que querem evitar que esses novos organismos se juntem aos sindicatos e entidades estudantis, que organizaram o dia 11 de julho, na preparação do dia 30 de agosto. Seria um equívoco muito grande, que só serve aos governos e as burocracias sindicais.

Para fortalecer as mobilizações de rua e construir o dia 30 de agosto é necessário incorporar quem estava nas passeatas. Os sindicatos dos trabalhadores, por sua vez, devem buscar antecipar as campanhas salariais, tendo o dia 30 como uma referência. O movimento estudantil também deve participar, uma vez que a volta às aulas reforça a possibilidade de mobilizações no dia 30.

Por sua vez, o movimento popular devem também utilizar essa referência do dia 30 de agosto para construir suas mobilizações urbanas e rurais.

O dia 30 de agosto pode ser uma forte greve nacional, acompanhada de grandes mobilizações estudantis e populares. Caso exista recuo por parte da CUT (ou de outras centrais governistas), é muito importante que esse dia continue sendo uma data em que se imponham as mobilizações pelas bases.

Por um Plano econômico dos trabalhadores!

É preciso dar um fim ao plano econômico do governo Dilma que entregou em 2012 para os bancos 44% de todo o orçamento do país (mais de 750 bilhões de reais) para pagar a dívida pública. Ou seja, deu quase metade de toda a arrecadação do povo brasileiro para os banqueiros, pagando mais uma vez uma dívida que já foi paga. Dilma entrega aos banqueiros cinco vezes mais do que gasta em saúde, educação e transporte. Essa situação precisa mudar! Defendemos:

-Nenhum dinheiro para os bancos! 10% PIB para a educação pública já! 10% do orçamento para saúde pública já! 2% PIB para transporte público já!

-Aumentos salariais já! Redução dos preços dos alimentos e tarifas!

-Passe livre para todos os estudantes e desempregados! Estatização dos transportes e Tarifa Zero!

-Reestatização das empresas privatizadas! Fim dos leilões do petróleo! Petrobras 100% estatal!

-Nenhum dinheiro mais para as grandes empresas! Recursos públicos para os serviços públicos e valorização dos servidores!

-Contra a opressão às mulheres, negros e homossexuais! Fora Feliciano! Pela criminalização da homofobia! Contra a violência contra mulheres! Abaixo o genocídio contra os negros nos bairros pobres!

-Greve geral para por fim a esse modelo econômico! Por um plano econômico dos trabalhadores!

-Nem direita nem PT, por um verdadeiro governo dos trabalhadores! ■

Por que a construção de um partido revolucionário não pode esperar?



HENRIQUE CANARY, da Secretaria Nacional de Formação do PSTU

O Dia Nacional de Luta com Greves e Paralisações não deixou margem para dúvida: a entrada em cena da classe trabalhadora brasileira é o fato decisivo da conjuntura e terá ainda muitos desdobramentos com o novo Dia Nacional de Paralisação, marcado para 30 de agosto. A burguesia, o governo e a imprensa, assustados com essa perspectiva, “denunciaram” o caráter organizado dos atos, em contraste com as manifestações espontâneas de junho, como se o fato de serem organizados, chamados com antecedência e preparados por meio de acordo entre as várias centrais sindicais, fosse algo negativo. Para quem participou diretamente das atividades do 11 de julho, ao contrário, ficou clara a necessidade de organizar ainda mais, preparar ainda melhor a mobilização dos trabalhadores. No dia 11, as bandeiras vermelhas dos partidos de esquerda tremularam livres novamente e o “anti-partidarismo” dos dias de junho ficou, aparentemente, para trás. Os carros de som falaram alto, as fábricas pararam e as colunas marcharam da maneira tradicional.

Essa mudança de cenário, aliada ao sentimento já existente em um setor do ativismo de que as manifestações “horizontais” e desorganizadas sofriam de certa limitação, fez com que muitos companheiros e companheiras sem partido, porém engajados nas lutas desde o início, comesçassem a pensar: “de fato, é necessário algum tipo de organização política...”

Porém, esses mesmos companheiros e companheiras se perguntam: “mas será que precisamos construir essa organização hoje?”, “será que ela precisa mesmo ser um partido revolucionário, estruturado e organizado?”, “não seria melhor construirmos por enquanto outro tipo de organização, e somente no futuro, passar à construção de um partido revolucionário?”, “para quê um partido revolucionário hoje, se não estamos ainda diante do embate decisivo?”, “não seria melhor acumular forças com uma organização menos rígida, mais aberta, unindo as mais diferentes correntes de esquerda, e somente depois construir um partido?”. São dúvidas compreensíveis e é com elas que queremos dialogar.

história, a classe trabalhadora construiu direções amplamente reconhecidas e respeitadas. Essas direções, também na maioria dos casos, eram direções reformistas. Às vezes combativas, às vezes classistas, às vezes de esquerda. Mas reformistas. Sua estratégia, em última instância, se chocava com a necessidade histórica da classe trabalhadora, que era (e continua sendo) a de fazer uma revolução socialista, expropriar a burguesia e construir uma nova sociedade sem exploração e opressão.

No caso do Brasil, o PT e a CUT são essas direções. Foram organizações forjadas nas lutas contra a ditadura e dos anos 1980. Apesar de todos os crimes que cometeram contra a organização e a mobilização dos trabalhadores, continuam sendo consideradas e respeitadas por setores importantes da classe operária organizada.

Assim, a história também demonstra que uma direção reformista ou burocrática, uma vez que tenha chegado a dirigir a classe trabalhadora, pode cometer muitas traições, e até mesmo atrocidades, sem que os trabalhadores rompam em definitivo com ela. Os operários são pessoas muito práticas: não jogam fora uma direção, por mais burocrática e traidora que ela seja, se não enxergam a possibilidade de construir uma nova, de superar pela positiva o passado. Assim, a classe trabalhadora tende a “suportar” direções traidoras por muito mais tempo do que mereceriam ser suportadas. Em geral, somente grandes eventos (revoluções, guerras, crises econômicas agudas, ascensos de massas, etc.) são capazes de expor o verdadeiro significado da traição das direções reformistas e burocráticas e provocar a ruptura definitiva entre as massas e seus antigos líderes.

Mas quando isso acontece, o que vemos é uma ruptura abrupta, violenta, não planejada com a direção anterior. Ou seja, a classe trabalhadora rompe com sua antiga liderança sem ter construído uma nova. É por essa razão que, diante de grandes acontecimentos, os trabalhadores se veem muitas vezes sem uma direção à altura dos desafios. Por isso tantas vezes o que prima nos momentos de grandes crises nacionais é a confusão, o vazio, a ausência de uma direção verdadeiramente revolucionária, capaz de dar uma saída a uma situação aparentemente sem saída.

A CLASSE TRABALHADORA E SUAS DIREÇÕES

Aconteceu na maioria dos países, inclusive no Brasil, que, ao longo de sua

O QUE É CONSTRUIR UM PARTIDO?

Esses vazios ocorrem porque uma direção revolucionária não pode ser improvisada da noite para o dia. Construir

um partido revolucionário significa educar toda uma geração de militantes em um espírito de combate, disciplina, seriedade, organização e entrega à causa do socialismo. Forjar uma direção revolucionária significa selecionar quadros, formar uma coluna de dirigentes que não fujam às suas responsabilidades no momento decisivo, que não entrem em pânico e não corram de costas para o inimigo quando este ataca.

Portanto, a construção de uma direção revolucionária requer algo muito simples, mas ao mesmo tempo muito concreto e precioso: tempo. Uma direção revolucionária é forjada não durante as semanas da revolução, mas durante anos, às vezes décadas! Uma direção revolucionária se forma nas lutas econômicas mínimas, defensivas, nas prisões e perseguições, nos momentos em que os revolucionários não passam de uma ou duas dúzias de obstinados que lutam contra o sistema e as direções traidoras como Davi lutou contra Golias.

A luta no período pré-revolucionário, o trabalho sistemático sobre as massas, os anos de isolamento e resistência criam, entre os membros da organização, os laços de confiança e camaradagem tão necessários no momento do combate final. Os anos de debates internos e polêmicas públicas com outras correntes dão corpo ao programa, aperfeiçoam as capacidades teóricas e políticas dos militantes, aguçam seus sentidos revolucionários, preparam o assalto decisivo. A luta clara e aberta, por anos a fio, contra a antiga direção traidora é parte do processo de sua derrubada. Começa, também, portanto, muito antes de sua queda definitiva.

É verdade que as massas podem aprender nas semanas revolucionárias o que não aprenderam em décadas de calmaria. E o partido revolucionário também. Mas sem o acúmulo anterior, sem essa escola revolucionária prévia, não haverá nenhum núcleo revolucionário apto sequer a aprender. Nenhum pólo para o qual as massas possam canalizar suas novas esperanças. É por isso que em situações revolucionárias um pequeno partido pode dar um salto gigantesco em pouco tempo e se tornar um grande partido de massas, desde que acerte na política. Mas é preciso o acúmulo anterior. Todo salto precisa de uma base, uma plataforma impulsionadora. O aprendizado do período pré-revolucionário é esta base fundamental.

O ERRO DE ALGUNS SOCIALISTAS HONESTOS

O erro fundamental de muitos companheiros sinceros que querem chegar ao socialismo consiste, portanto, em que pretendem “acumular forças” construindo hoje organizações frouxas, não-revolucionárias, não-centralizadas. Acha que é possível, assim que a revolução começar, transformar essas organizações amorfas em verdadeiros partidos

revolucionários. Mas isso é uma ilusão. Tal transformação nunca aconteceu na história e não há motivos para pensar que agora vá acontecer.

O partido revolucionário é a consciência histórica da classe. Construir uma organização é preservar e desenvolver certas tradições, hábitos, capacidades. Um partido frouxo, sem solidez ideológica, voltado para a luta parlamentar, sem participação efetiva de seus militantes na vida interna da organização, não será capaz de anular suas próprias características de um dia para o outro. A inércia política, o peso dos parlamentares, as re-

Uma direção revolucionária é forjada não durante semanas, mas durante anos, às vezes décadas! Se forma nas lutas econômicas mínimas, nos momentos em que os revolucionários não passam de dúzias de obstinados que lutam contra o sistema e as direções traidoras.

lações institucionais, a falta de preparação e experiência de seus militantes e quadros impedirão a pretendida metamorfose. Regra geral, ao contrário, quanto mais à esquerda vai a situação da luta de classes, mais este tipo de partido gira à direita.

Esse é o erro, por exemplo, de muitos companheiros honestos que hoje constroem o PSOL, acreditando que estão “acumulando forças” para o futuro. Na verdade, o que estão fazendo é desperdiçando forças, entregando-se à construção de um instrumento que, já hoje, se encontra totalmente controlado pelos parlamentares,

assessores e dirigentes das correntes reformistas e que, a cada dois anos, passa por uma nova crise, fruto das disputas internas pré-eleitorais. Um partido que só desmoraliza e afasta militantes, pois foi criado à imagem e semelhança da fracassada experiência petista.

Também é o erro de muitos ativistas independentes que desejam sinceramente o socialismo e a revolução, mas que acreditam ser ainda cedo para organizarem-se em qualquer partido. O partido é uma organização de combate, mas também é uma escola de revolucionários. Aqueles que passam por essa escola têm infinitas vantagens sobre os autodidatas, por mais dedicados, honestos e capazes que estes sejam.

A MAIS IMPORTANTE BATALHA

As últimas semanas no Brasil e no mundo demonstraram que mobilizações espontâneas, massivas e com forte espírito combativo não são impossíveis. Ao contrário, são a regra na história. O regime capitalista se encontra em profunda decomposição e se tornou incapaz de dar às pessoas o mínimo de uma vida considerada digna: transporte de qualidade no Brasil, democracia na Síria, uma praça arborizada em Istambul... A questão toda reside em construir uma direção capaz de dar a todas essas lutas um sentido, um programa, uma saída.

Construímos um partido revolucionário hoje não porque sejamos impacientes. Ao contrário, em nossa opinião, a impaciência reside naqueles que buscam atalhos, mediações, disfarces, que se adaptam sem críticas ao espírito não-revolucionário de seu tempo. Mas a essência da atividade revolucionária consiste justamente em mudar o espírito do tempo, não em adaptar-se a ele.

De nossa parte, construímos uma organização baseada na clareza de objetivos, e o fazemos serena e pacientemente. Não estamos desesperados por “conquistar espaços” nas próximas eleições. O que queremos é, ao longo de um processo histórico, conquistar a confiança política da classe trabalhadora. Fazemos isso com um trabalho permanente de agitação e propaganda sobre toda a massa da população, trazendo a nossa própria organização os operários, estudantes, trabalhadores e donas de casa mais aguerridos, organizando em nosso partido os melhores e mais talentosos lutadores de nossa classe.

Ser parte dessa construção, dedicar a vida à causa do socialismo, carregar sobre os próprios ombros “uma partícula do destino da humanidade”, como dizia o revolucionário russo Leon Trotsky, submeter-se conscientemente à disciplina de um coletivo de rebeldes e inconformados – eis o maior ato de liberdade que pode haver em uma sociedade não-livre como a que vivemos. A construção do partido revolucionário é, pois, uma tarefa urgente, um desafio para hoje, algo que não pode esperar. ■



Mais saúde para o povo ou resposta improvisada de Dilma?



ALESSANDRA CAMARGO*, da Coordenação Nacional de Saúde do PSTU

Pressionado pela ação de centenas de milhares de brasileiros insatisfeitos nas ruas e por demandas que apontaram a saúde como uma das pautas mais urgentes e sentidas, o governo propôs as seguintes medidas: acelerar os investimentos já contratados em hospitais, UPAS e unidades básicas; estímulo às entidades filantrópicas que trocarão suas dívidas por mais atendimentos; medidas para melhorar as condições físicas da rede de atendimento; e como política central “emergencial” o incentivo à ida de médicos brasileiros e importação de estrangeiros para atuar nas periferias e interiores. O governo propôs também, em médio prazo, a ampliação das vagas nos cursos de medicina, na graduação e residência médica.

Todas essas medidas visaram canalizar as insatisfações populares para uma saída institucional, preferencialmente via governo e, assim, tentar reverter a crise expressa pela queda da popularidade de Dilma.

O PROGRAMA MAIS MÉDICO

O “Programa Mais Médicos” é a “so-

lução rápida” para resolver os problemas de saúde do povo brasileiro, por meio de medidas como: mais vagas para os cursos de medicina (11.447) e residências médicas (12.376) até 2017; aumentar em dois anos a formação dos médicos, sendo os dois últimos de treinamento em serviço obrigatório no Sistema Único de Saúde (SUS); implantar o “Projeto Mais Médicos para o Brasil”, que consiste no envio de médicos, brasileiros e estrangeiros, para as periferias das grandes cidades e interiores do país. Os profissionais receberão um incentivo inicial de até R\$ 30 mil e uma bolsa mensal no valor de R\$ 10 mil, no período de três anos que pode ser ampliado para seis anos.

AUTORITARISMO, PRECARIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

Há um problema sério para fixar médicos no SUS, e é justa a demanda da população por mais médicos e outros profissionais, assim como por serviços de saúde de qualidade. Mas, infelizmente, o “Programa Mais Médicos” é uma ilusão, uma solução desesperada e sem consistência do governo para responder às críticas ao setor, cuja fragilidade foi exposta nas ruas.

Não é possível aumentar a oferta de

cursos de medicina e vagas para residência médica, com o subfinanciamento da educação pública. Durante a campanha dos 10% do PIB para a educação, este mesmo governo, afirmou que aumentos de gastos com a educação iriam “quebrar o Estado brasileiro”. deste modo, fica o questionamento: as novas vagas serão criadas dentro da estrutura sucateada das universidades públicas? Ou ainda, serão pretextos para que o governo transfira mais recurso público para a iniciativa privada?

O Brasil tem muitas escolas de medicina, e não faltam médicos. Em média, há dois médicos para cada 1.000 habitantes, o dobro do recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Contudo, estão concentradas nos centros urbanos e seu acesso é restrito a estratos sociais mais favorecidos da população. Desse modo, alimenta-se um ciclo-vicioso, por um lado, esses segmentos da sociedade desejam manter seu “status quo” e, por outro, o setor público apresenta limites impostos pelos governos, assim os médicos se voltam para a atuação liberal ou trabalham para convênios de saúde privados e a população que depende do SUS é prejudicada.

Já aumentar o tempo de formação dos médicos em dois anos é uma manobra. Tal jogada aumentará mais as diferenças entre os sistemas públicos e privados. Aos mais pobres caberá serem atendidos por estudantes/profissionais em processo de formação. Já os médicos mais qualificados continuarão a ser drenados para o sistema privado. Esses estudantes serão, de fato, os médicos que atenderão no SUS, como já acontece com os residentes médicos, que, na prática, são parte do quadro funcional das unidades, e não estudantes de pós-graduação em processos de aprendizagem.

Sob o pretexto do “aperfeiçoamento em serviço” os médicos receberão bolsas de estudo ao invés de salários. Isso é precarização de vínculo e negação de direitos trabalhistas. Além disso, o pagamento das bolsas e de todas as despesas do projeto será realizado via Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, uma modalidade de gestão privatizante.

MÉDICOS ESTRANGEIROS

Normalmente, médicos estrangeiros para trabalhar no país precisam prestar o exame de recertificação do diploma (o Revalida). Contudo, os médicos do programa serão contratados como bolsistas de aperfeiçoamento em serviço, modalidade que dispensa a recertifi-

cação. Sequer será preciso comprovar habilidades com a língua portuguesa. Se o governo discorda do exame Revalida, que crie outro instrumento de avaliação profissional sério. O governo brasileiro está autorizando que médicos exerçam a medicina no país sem saber se estão aptos para tal, e nesse sentido, deixando a população a mercê de más práticas médicas.

* Contribuições: Flávio Bandeira (SP) e Ary Blinder (SP).

Não se faz saúde sem médicos, mas também não se faz apenas com médicos

Faltam médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos. Faltam ambulâncias, emergências, remédios, cirurgias, macas e hospitais de qualidade. Isso porque falta financiamento por parte do Governo Federal. O déficit de profissionais especializados só pode ser revertido com medidas estruturais, com a aplicação de medidas para valorização dos profissionais do SUS, como Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os profissionais do SUS, com salários justos, estabilidade no emprego e estímulo a qualificação permanente. Esta é uma reivindicação antiga dos trabalhadores da saúde pública que em nada avançou nos 10 anos de governo do PT.

Outra medida emergencial é a abertura imediata de concursos para os profissionais como psicólogos, enfermeiros, dentistas, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e nutricionistas. Esta é a única e real forma de garantir o trabalho em equipe multiprofissional no SUS. Nosso programa frente ao déficit de médicos no SUS:

- Em defesa do SUS 100% estatal, público e de qualidade, sob o controle da população.
- Não às privatizações, por meio, das Organizações Sociais, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) e suas subsidiárias, como a Saúde Brasil, Fundação Estatal e outras.
- Dobrar, no mínimo, para 6% do PIB, o financiamento para a saúde pública e estatal.
- Implantação de uma política de valorização do profissional do SUS, que englobe salários justos, PCCS e incentivo a qualificação permanente.
- Concurso público com Regime Jurídico Único (RJU)!
- Fim da lei de responsabilidade fiscal! ■



Dia 11: vitória ou fracasso?

Para grande parte da imprensa, o dia de paralisação foi um fracasso. Cabe à imprensa sindical e de esquerda mostrar o contrário

DIEGO CRUZ, da Redação

Se você estava em algum lugar do país no último dia 11 de julho, com certeza viu ou sofreu alguma consequência do dia nacional de paralisação e protestos convocados pelas centrais sindicais.

Pela primeira vez desde os anos 1980, grandes centros industriais pararam de forma simultânea, como a região do ABC e São José dos Campos (SP). Portos, como o de Santos, o maior da América Latina, além de várias refinarias também foram paralisados. Houve ainda bloqueios de importantes rodovias como a Anhanguera e Dutra em São Paulo, além de outras país afora. Capitais como Porto Alegre e Belo Horizonte viveram um dia de verdadeira greve geral, com o transporte público parado. Se você, porém, estava em alguma cidadezinha remota em que não houve greve ou manifestação, pode ter visto a cobertura no rádio e televisão em qualquer momento do dia.

Surpreendentemente, porém, no dia seguinte, os principais jornais trataram o dia de paralisação como um “fracasso”. A manchete da Folha de S. Paulo é um exemplo da contradição absurda entre fato e notícia, estampando que “Protestos sindicais afetam o país, mas têm baixa adesão”. Ora, como puderam afetar o país com baixa adesão? Manchete semelhante trouxe o concorrente Estadão: “Protestos têm baixa adesão em SP e confronto no Rio”, destacando na foto principal uma grande imagem aérea da Avenida Paulista, em que se pode ver praticamente toda a via, e em que a manifestação ocupa apenas uma pequena parte. A intenção era clara: evidenciar a “baixa” participação no protesto.

Poderia causar estranhamento, po-

rém, no leitor que resolvesse abrir o jornal e se deparasse com a seguinte notícia: “Protestos afetam venda e produção”. Nele, ficamos sabendo, por exemplo, que “a produção foi paralisada em pelo menos quatro refinarias brasileiras e em oito unidades de montadoras. A fábrica da Renault em São José dos Pinhais (PR) deixou de produzir 1,3 mil veículos e 1,6 mil motores ontem. Já a Volvo, em Curitiba (PR), atrasou a produção de 115 caminhões e oito ônibus”. Ou ainda que, em Pernambuco, “manifestantes bloquearam os acessos do complexo industrial e portuário de Suape. Nenhum ônibus que transportava trabalhadores podia entrar no complexo, onde trabalham 75 mil pessoas em cerca de 150 empresas”. Um pouco demais para uma jornada com tão pouca adesão, não?

Para reforçar o aspecto supostamente artificial da jornada de lutas, tanto a Folha quanto o Estadão destacaram a presença de “militantes pagos” para participarem das manifestações e empunharem bandeiras. Teriam sido as dezenas de milhares de operários que cruzaram os braços nesse dia também pagos para isso?

JÁ VIMOS ESSE FILME ANTES

No início dos protestos contra o aumento das tarifas do transporte, o estopim para o grande movimento que tomou conta do país, a grande imprensa foi quase unânime em tachar os manifestantes de “vândalos” e criticar o movimento. Ficou marcado o patético discurso de Arnaldo Jabor afirmando que os jovens que saíam às ruas não passavam de “rebeldes sem causa”. Foi obrigado a pedir desculpas dois dias depois, quando as manifestações ganhavam caráter de massas e se generalizavam. Também não podemos es-

quecer o editorial da Folha de S. Paulo exigindo que os protestos fossem tratados com maior dureza por parte da polícia. Também dois dias depois, sete repórteres eram feridos pela repressão que a própria empresa exigia.

Agora, a estratégia é outra. Trata-se de desqualificar a entrada em cena da classe trabalhadora. De reduzir o peso das organizações e das greves como métodos de luta. Trata-se, enfim, de enaltecer o caráter espontâneo das manifestações de junho e atacar as entidades, tanto os partidos de esquerda quanto as organizações de classe. Para isto, fazem uma contraposição entre a natureza dos protestos de junho e a recente mobilização. Enquanto que as jornadas de junho expressariam as justas reivindicações do povo brasileiro, o dia 11 teria sido uma manobra das entidades e partidos com seus “objetivos políticos”. As bandeiras vermelhas, ausentes em junho e onipresentes agora no dia 11, seriam a prova disso.

Desconsideram, por exemplo, que a disposição dos trabalhadores de cruzarem os braços no dia 11 faz parte da mesma indignação que levou milhões de pessoas às ruas em junho. Foi dado destaque, por exemplo, ao caráter pelego e oficialista das grandes centrais sindicais, mas não se analisou a razão pela qual os trabalhadores fizeram greves, mesmo com essas centrais e, em muitos casos, até mesmo repudiando seus líderes. Ou seja, uma coisa não explica a outra.

Os grandes veículos de comunicação temem, na verdade, que esse processo de greves escape ao controle de suas direções e se encontre com a onda de protestos populares de massas. Sabem que, assim, mudanças realmente de fundo terão que ser feitas, a começar por essa política econômica do governo Dilma.

O PAPEL DAS REDES E DA IMPRENSA ALTERNATIVA

Passado o dia 11 de julho, abriu-se uma disputa por seu real sentido. Cabe às organizações da esquerda e do conjunto do movimento sindical e popular desmentir o discurso construído pela grande imprensa, mostrando o caráter histórico desse dia, a maior onda de paralisações em pelo menos 23 anos. Desmentir a grande mídia é o desafio colocado aos jornais, boletins, panfletos, sites e demais meios de comunicação dos partidos de esquerda, sindicatos, entidades estudantis e organizações dos movimentos populares.

Nisso, as redes sociais também podem cumprir um papel importante, como já vem cumprindo com a cobertura alternativa e a convocação dos protestos. A Internet, seja através do Youtube ou do Facebook, por exemplo, questionou o “monopólio da verdade” da grande mídia. São grandes empresas capitalistas, é verdade, mas carregam essa contradição. Hoje é possível filmar e denunciar uma agressão policial, ou desmentir histórias inverossímeis mostradas na Globo, como engradados de coquetéis molotov’s surgindo do nada nas manifestações para justificar a repressão. A disputa ideológica também passa pelas redes.

A grande imprensa quer marcar uma oposição entre o “novo” *versus* o “velho”. Os novos movimentos *versus* os velhos. Os partidos e sindicatos *versus* redes sociais. Para enfrentá-los, precisamos mostrar que a verdadeira oposição não passa por aí, mas entre nós, sindicatos, partidos de esquerda, anarquistas, ativistas independentes se articulando pelas redes, e eles, ou seja, a burguesia, os governos, e também, a grande imprensa. ■

Lugar de mulher é na luta!

ANA PAGU, Secretária Nacional de Mulheres do PSTU

Metalúrgicas, professoras, petroleiras, trabalhadoras da construção civil, bancárias, servidoras públicas e muitas outras não passaram despercebidas no dia 11 de julho. Cada uma a sua maneira, somaram forças e confirmaram o que os números dizem: já são quase metade entre os trabalhadores. Algumas pela primeira vez fizeram uma greve, outras foram ao primeiro protesto. Com cartaz ou bandeira deram seu recado.

“É por isso que estou aqui. Para pedir que o governo faça mais investimento em saúde e educação”, disse Gleice, metalúrgica da Zona Sul de São Paulo. “A gente tá lutando por uma por um ideal para todo mundo, sobre as 40h [semanais de jornada de trabalho], não às terceirizações, por que isso é a pior coisa que existe. Eu sou terceirizada e isso não é bom”, disse uma operária metalúrgica do ABC à TV PSTU no momento que em protestava na Av. Paulista;

A falta de investimento em educação e saúde causa um drama particular às mulheres, porque são elas que têm responsabilidade pelos filhos e cuidados da família. A ausência de creches impede que elas trabalhem e seus filhos tenham acesso à formação. A falta de investimentos no SUS impede uma política de saúde que atenda a mulher na sua integralidade

A professora Gabriela, na Avenida Paulista, levava uma faixa do Movimento Mulheres em Luta (MML), exigindo de Dilma o veto à “Bolsa Estupro”, que é parte do projeto do Estatuto do Nascimento, atualmente em debate no Congresso Nacional. Este projeto pretende dar uma bolsa para a mulher que for estuprada seguir com a gravidez resultante dessa terrível violência. *“É um projeto que afeta muito as trabalhadoras, pois são elas que vivem nas periferias e são obrigadas a transitar por ruas sem iluminação ou tomar o transporte coletivo lotado para voltar para casa”, disse Camila Lisboa, metróvária e também do MML.*

São muito motivos para as mulheres protestarem. Elas possuem os piores salários, estão principalmente nas profissões menos desvalorizadas e menos remuneradas. Em média, a mulher branca chega a ganhar até 30% menos que um homem branco para fazer um

mesmo trabalho, enquanto a mulher negra ganha a metade do salário de um homem branco. As mulheres ainda têm de cumprir em média duas horas diárias de trabalho doméstico. Uma atividade não remunerada, cotidiana, repetitiva e muito importante, mas completamente desvalorizada.

A combinação entre machismo e capitalismo faz com que elas estejam entres os setores mais explorados. Por isso o rebaixamento das tarifas de transporte, em razão das mobilizações de junho, foi extremamente importante para as mulheres, pois são elas que ganham menos. Mas a luta não para por aí, é preciso também um transporte de qualidade e seguro, já que muitas são violentadas e assediadas nos metrô, trens e ônibus das grandes capitais.

Os governos do PSDB nunca atenderam as mulheres trabalhadoras. Dilma e o PT foram a esperança de muitas mulheres em ver seus direitos atendidos. Ao contrário da sua promessa, de “honrar as mulheres”, é no governo da primeira mulher que está na Comissão de Direitos Humanos do Congresso, sem nenhuma oposição da presiden-

ta, o deputado Marco Feliciano (PSC). Além de racista e homofóbico, ele defende que as mulheres não tenham os mesmos direitos que os homens. Nas mobilizações, as mulheres deram uma demonstração de que frágeis são as promessas do governo. Elas mostraram que, quando unidas com os homens trabalhadores, são muito fortes e podem ser decisivas. No dia 30 de agosto, a classe tra-

balhadora vai novamente parar o Brasil. As mulheres trabalhadoras estarão lá. Exigiremos uma política econômica a serviço dos trabalhadores e a seguinte pauta de reivindicação:

- Aumento geral de salários. Trabalho Igual para Salário Igual!
- Fora Feliciano!
- Fim da violência, assédio e estupro nos transportes públicos
- Aplicação e Ampliação da Lei Maria da Penha! Punição dos Agressores. Construção de Casas-abrigo
- Não ao Estatuto do Nascimento. Dilma, vete o Bolsa Estupro!
- Anticoncepcionais para não abortar, aborto legal seguro e gratuito para não morrer!
- Creches públicas, gratuitas, em período integral, para todos os filhos da classe trabalhadora!



OPERÁRIAS DA ZONA SUL presentes no dia 11 de julho

Mais um dia de luta das mulheres negras!

25 de Julho: Dia Latino-americano e Caribenho de Luta das Mulheres Negras

MARISTELA FARIAS, da Secretaria Nacional de Negros e Negras do PSTU

A partir de 1992, em Santo Domingo, República Dominicana, o dia 25 de julho foi marcado como o “Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha”, para celebrar e refletir sobre o papel das mulheres negras nesses continentes. O objetivo é dar visibilidade às lutas e à resistência das descendentes da diáspora africana, marcadas pela cruel combinação de exploração capitalista, racismo e machismo. Por tanto saudamos a heróica resistência das mulheres negras haitianas vitimadas todos os dias pelas mais diversas formas de violência. E exigimos “Fora as Tropas do Haiti”, brasileiras e da ONU!

A mulher negra brasileira está na base da pirâmide social, com os piores salários, sofrendo violências de toda ordem no mundo do capital. O processo de terceirização do governo Dilma, por exemplo, as coloca no subemprego, onde os trabalhos são frequentemente mal remunerados, com uma possibilidade mínima de formação e de promoção, e com direitos sociais limitados ou inexistentes.

Resultado que se vê concretamente na discussão do “Projeto de Lei das Domésticas”, no qual onde cada dia fazem mais e mais propostas de flexibilização de seus direitos e mais concessões para os patrões. O que se agrava na categoria das diaristas, que representam 340 mil mulheres – negras, em sua maioria – nas seis principais capitais, segundo o IBGE. Esse setor ainda está sem perspectivas de direitos, facilitando ainda mais a sua exploração.

Portanto, a melhoria de vida das mulheres negras só pode ser resultado de sua luta e organização com o conjunto da classe trabalhadora contra os que as oprimem para melhor explorá-las. Em face dessa situação, o PSTU defende, além de um programa geral elaborado para as mulheres, uma política específica para as mulheres negras que vise combater as diferenças salariais, o desemprego, a falta de moradia, a violência e a baixa formação escolar. Visando a luta por uma sociedade socialista – na qual não exista nem opressores e oprimidos, exploradores e explorados – convidamos a conhecer nosso partido. Venha se organizar no PSTU, o Partido das Lutas e do Socialismo! ■

Qual é o objetivo da visita do Papa Francisco?

ISRAEL LUZ, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Na esteira dos mega-eventos realizados no Brasil ocorrerá, entre os dias 23 a 28 de julho, a 28ª Jornada Mundial de Juventude (JMJ). Com a expectativa de reunir até 2,5 milhões de pessoas, o evento, que vai contar com a presença do Papa Francisco, promete ser uma resposta política às mobilizações que tomam o Brasil desde o mês passado.

Isso não deve causar estranheza: as jornadas de junho foram tão intensas que mereceram resposta de vários segmentos das classes dominantes. Do apoio oportunista da grande imprensa até a manobra do plebiscito de Dilma, a força do movimento gerou algumas tentativas de apaziguar os ânimos dos jovens há muito desassistidos pelo poder público. É a vez de a Igreja Católica tentar.

PAPA FRANCISCO: GRANDES MUDANÇAS À VISTA?

De 1980 até 2013, a Igreja só vem perdendo fiéis no país: se há 23 anos 89% dos brasileiros se declaravam católicos, hoje esse número caiu para 64%. Considerando a população de 15 a 19 anos, a queda entre 2000 e 2010 foi de 15%, enquanto no mesmo período cresceu em 50% o número de jovens evangélicos nessa faixa etária. Isso reflete um fato muito conhecido: a Igreja tem enormes dificuldades de atrair a juventude.

Em parte, é por isso que Jorge Maria Bergoglio é apresentado como um papa cuja missão seria combater os vícios acumulados na instituição e vêm sendo amplamente divulgadas algumas iniciativas para “moralizar” a Santa Sé: há pouco tempo, o argentino formou uma comissão para investigar os casos de corrupção no Instituto para as Obras de Religião (IOR), o banco do Vaticano. Diretor e vice-diretor foram afastados e o contador da instituição preso. O papa também fez mudanças no código penal, endurecendo as penas contra crimes financeiros e a pedofilia, fonte de tantas denúncias contra membros da Igreja.

“A IGREJA NÃO SE GOVERNA COM AVE-MARIAS”

Apesar dessas medidas, a verdade é que a vinda do Papa ao Brasil diz muito mais sobre o conservadorismo da Igreja do que o pretenso discurso de reformas deixa ver. E isso em um sentido bastante amplo.



Dilma presente na missa inaugural do Papa Francisco na praça de São Pedro em Roma, Itália. Março de 2013

“A Igreja não se governa com Ave-Marias”, teria dito o falecido Paul Marcinkus, dirigente do banco do Vaticano na década de 1980, envolvido em escândalos de corrupção. De fato, o governo Dilma gastará cerca de R\$ 111,5 milhões de reais para custear a visita do Papa. E ainda há os gastos nas esferas estadual e municipal. Dom Odilo Scherer, arcebispo de São Paulo, justificou essa situação afirmando ser impossível realizar um “evento de massas” sem dinheiro público. Sem falar no investimento de inúmeras empresas, como o Bradesco e a Nestlé.

Como se vê, a vinda do papa Francis-

co atende a interesses bastante terrenos. E não são os dos trabalhadores e jovens.

A JUVENTUDE E A RELIGIÃO

Certamente, muitos dos jovens que participaram dos protestos das últimas semanas estarão presentes também na Jornada Católica. Devem ter total liberdade para professar sua fé, assim como outros jovens devem poder escolher a religião que quiserem ou simplesmente não optar por nenhuma crença desse tipo.

Contudo, não se pode ignorar que a JMJ não vai ao encontro das bandeiras levantadas em junho. Afora a questão

do investimento público, a luta contra a opressão aos LGBTs, por exemplo, não tem nenhuma resposta que contribua com a luta contra a homofobia. Se é verdade que há grupos católicos que hoje debatem o tema, não há dúvidas de que a posição do chefe da Igreja está longe de romper com o seu preconceito tradicional: para o papa Francisco, o casamento é antes de tudo a “união estável do homem e da mulher”.

Assim, o caminho apontado pelas jornadas de junho está bem longe do que apontará esta Jornada Católica. Independentemente das opções religiosas, fiquemos com junho.

Papa vai enfrentar protestos de feministas

ANA PAGU, da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

A visita do papa Francisco também está provocando a reação das mulheres. Na véspera de sua chegada, no dia 21 de julho, as “Católicas pelo Direito de Decidir”, um coletivo de mulheres católicas que defendem a legalização do aborto, convoca manifestações simultâneas em 14 cidades brasileiras. Entre as reivindicações, estão a legalização do aborto, o fim do Bolsa Estupro (PLC 478/2007) e o fim do celibato.

No dia 27 de julho, a Marcha das Vadias, um coletivo surgido em 2008 contra a violência sexual, organizará um ato em Copacabana, no Rio de Janeiro. Elas querem demonstrar que a juventude tem outras formas de expressão, além da católica, exigir

o fim da violência e a liberdade sexual das mulheres.

A Igreja Católica condena o uso de contraceptivos e de camisinhas, apesar do aumento generalizado da contaminação pelo HIV. O aborto, mesmo em casos previstos pela lei, é veemente reprovado, tomado como uma prática assassina. O que contrasta com a realidade, já que a maioria das que se submetem a esse procedimento são católicas e o fazem por necessidade, enfrentando sua própria consciência.

A resposta dada pela igreja é completamente errada, fecha os olhos para suas fiéis e para um grave problema de saúde pública. No Brasil, a cada ano, são realizados mais de um milhão de abortos, o que faz dele a quarta causa de morte materna.

Não fosse só isso, a bancada religiosa no Congresso é a responsável pelo PLC

478/2007, o Estatuto do Nascituro, ou, como ficou conhecido, o “Bolsa Estupro”. Esse projeto pretende tornar o aborto crime hediondo e oferecer uma bolsa para que a mulher estuprada gere o filho do estuprador. Isso é um atraso em nossa legislação, que já permite o aborto em casos de anencefalia do feto, gravidez decorrente de estupro e risco de vida para mãe. É uma forma de penalizar a mulher e não o estuprador.

O PSTU APÓIA E SE SOMA A ESSAS MANIFESTAÇÕES.

Estamos a favor de uma política de educação sexual laica e feita pelo Estado, com distribuição de métodos contraceptivos para que as mulheres não engravidem de forma indesejada. E somos favorável à legalização do aborto, para evitar mortes e permitir que as mulheres possam decidir sobre seus corpos. ■

“Dia 11 de julho foi continuidade das manifestações de junho”

O Opinião entrevistou José Maria de Almeida, que falou sobre o novo dia de paralisações convocado para 30 de agosto e polemiza com a imprensa sobre a avaliação dos protestos do dia 11 julho. Confira.

DA REDAÇÃO

A GRANDE MÍDIA FALOU QUE AS MOBILIZAÇÕES DO DIA 11 FORAM UM FRACASSO. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ISSO?

É importante identificar que há uma orientação geral das editoriais dos grandes meios de comunicação em tentar desqualificar os protestos do dia 11. Isso ocorre porque a entrada da classe trabalhadora de forma organizada nas lutas causa prejuízo aos patrões, com a paralisação das fábricas no país inteiro. Portanto, isso tem também uma dimensão econômica. Por outro lado, a entrada da classe operária com suas reivindicações coloca em xeque o modelo econômico que vem sendo aplicada pelo governo Dilma e reproduzido nos estados pelos governos do PSDB, PMDB, PT...

Esse modelo econômico é o que garante o privilégio dado aos bancos, as grandes empresas e aos monopólios da mídia. Portanto, ao sentirem que seus privilégios estão ameaçados, o poder econômico reage contra o protesto dos trabalhadores no dia 11 de julho.

Também não é correto e adequado fazer uma comparação entre as manifestações de junho e as paralisações do dia 11 de julho pelo número de pessoas que estavam nas ruas. O dia 11 teve como centro a paralisação das empresas. A paralisação das unidades econômicas do país. A paralisação das fábricas daqui de São Paulo, de Osasco, Guarulhos, do ABC, Cubatão. Em montadoras do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. A paralisação dos operários da construção civil em Fortaleza, Belém e nas obras de Suape [Complexo Industrial Portuário em Pernambuco]. A paralisação das fábricas foi o fator central do dia 11, e não as manifestações de rua. É natural que um processo como esse, no qual os trabalhadores começam a realizar atividade de greve às 5h da manhã, que às 16h da tarde não haja tanta manifestações no centro da cidade.



ZÉ MARIA NO ATO DO DIA 11 DE JULHO

Na verdade, as paralisações do dia 11 de julho são uma continuidade das manifestações de junho. Não é adequado contrapor um a outro. Os protestos de junho expressaram o descontentamento generalizado, especialmente dos mais jovens, contra o caos dos serviços públicos, do transporte e a corrupção. Mas de 80% da população apoiaram os protestos.

As paralisações do dia 11, impulsionadas pela classe trabalhadora organizada, defenderam as mesmas bandeiras das mobilizações do mês passado, mas agregam as demandas mais concretas dos trabalhadores. O que assistimos foi o fortalecimento das jornadas de junho com a entrada da classe trabalhadora organizada no dia 11. É o aprofundamento e fortalecimento de um processo de lutas contra esse modelo econômico aplicado no país.

NA REUNIÃO REALIZADA COM AS CENTRAIS, COMO FOI REALIZADA A AVALIAÇÃO DO DIA 11? COMO FOI DISCUTIDA A NECESSIDADE DE UM NOVO DIA DE LUTAS?

A avaliação feita por todas as centrais foi bastante positiva. Eu ressalto, inclusive, que nós conseguimos evitar que a CUT transformasse o dia 11 em um dia de lutas em defesa da reforma política do governo, ou seja, em apoio à Dilma. Não conseguiram fazer isso. Os protestos cobraram diretamente do governo Dilma o atendimento das reivindicações.

No debate sobre a continuidade das lutas é que começaram a aparecer novamente a polarização política que já se deu na própria construção do dia 11. A CUT queria esperar o processo de negociação com o governo. Nós [CSP-Conlutas] propusemos a realização de uma greve geral. Fomos apoiados pela Força Sindical, pelo

presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, mas o resultado do debate foi a convocação de um Dia Nacional de Paralisação para 30 de agosto. Mas fica a hipótese, caso a paralisação não obrigue o governo a ceder as nossas reivindicações, da gente realizar no momento seguinte uma greve geral.

Sobre o debate da pauta de reivindicações, havia quem defendesse enxugar a pauta, mas nós e outros setores defendíamos que ela deveria ser mantida, pois tratava da demanda de diversos segmentos da classe trabalhadora e, por isso, não poderíamos deixar nenhum daqueles pontos de fora.

Havia a necessidade, inclusive, de se estender esse debate para o modelo econômico do país. Se não param de pagar a dívida externa e a interna não vai haver recursos para melhorar a educação, saúde e transporte. Por isso é necessário ampliar, e não reduzir a pauta.

Na reunião, foi agregado um ponto a mais da pauta que é a exigência da aprovação de Projeto de Lei, que tramita na Câmara, e estabelece salário igual para trabalhado igual. É uma reivindicação que vai no sentido de combater a discriminação que a mulher sofre no trabalho.

COMO SERÁ CONSTRUÍDA A PARALISAÇÃO DO DIA 30 DE AGOSTO?

Dia 30 de agosto é um dia nacional de paralisação, portanto um passo à frente em relação ao dia 11. Sua convocação é muito importante e tem como perspectiva a continuidade e aprofunda-

mento do processo de mobilização. Inclusive, abre a perspectiva de que todas as campanhas salariais deste segundo semestre se unifiquem com as mobilizações da juventude, que já estarão em aula, e com o movimento popular.

O governo vai pressionar as centrais sindicais, a CUT em particular, pra tentar desmontar esse dia. Vão tentar alguma negociação rebaixada com o governo para evitar o dia de paralisação.

É muito importante organizar a paralisação do dia 30 de agosto pela base para impedir qualquer recuo por parte das centrais sindicais que apóiam o governo

É muito importante para nós, desde já, organizar essa mobilização pela base para justamente impedir qualquer recuo por parte das centrais sindicais que apóiam o governo.

Por outro lado, é necessário fazer uma disputa programática do processo de lutas que está em curso. Isso começa afirmando a pauta unitária,

mas também levando aos trabalhadores o debate sobre a necessidade de mudar o modelo econômico do país. Sem parar de pagar a dívida pública, sem parar as privatizações que entrega o patrimônio do povo às multinacionais, sem parar com o repasse de recursos públicos, por meio de isenções fiscais, para as grandes empresas, não vai haver recursos para atender as demandas dos trabalhadores, seja na saúde, educação ou transporte, o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho, fim das terceirizações e leilões de petróleo e Reforma Agrária. É preciso defender o congelamento do preço dos alimentos e das tarifas públicas e o aumento dos salários para protegê-los da inflação. ■